



2º NOVA ABERTURA
PROCESSO LICITATÓRIO N° 309/2025
INEXIGIBILIDADE N° 048/2025
CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO N° 005/2025
PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE FORMIGA-MG, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Barão de Piumhi, nº 121, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.784.720/0001-25, neste ato representado por seu Gestor Municipal **LAÉRCIO DOS REIS GOMES**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, e exigências estabelecidas neste Edital, torna público que realizará o **CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS DE RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS E DEMAIS RECEITAS PÚBLICAS MUNICIPAIS (IPTU, ITBI, ISSQN E OUTRAS RECEITAS), POR MEIO DE DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO MUNICIPAL (DAM), EM CONFORMIDADE COM O PADRÃO FEBRABAN, POR INTERMÉDIO DE QUALQUER DOS SEGUINTE MEIOS DE PAGAMENTO, CONFORME ESCOLHA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA CREDENCIADA: GUICHÊS DAS AGÊNCIAS, INTERNET BANKING, MOBILE BANKING, TERMINAIS DE AUTOATENDIMENTO E CORRESPONDENTES BANCÁRIOS, COM A PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS VALORES ARRECADADOS.** A sessão eletrônica será conduzida pela Comissão de Contratação, designada pela **PORTARIA N° 6.127, DE 25 DE JULHO DE 2025** e auxiliada pela equipe de apoio designada pela **PORTARIA N° 6.398, DE 14 DE ABRIL DE 2026**. Para consulta e conhecimento dos interessados, o protocolo do Edital permanecerá afixado no quadro de aviso localizado na Rua Barão de Piumhi, nº 92 – 1º andar, Centro – Formiga MG, cuja cópia poderá ser obtida através do Site www.formiga.mg.gov.br, do e-mail: licitacaoformigamg@gmail.com ou de requerimento dirigido à Diretoria de Compras Públicas do Município de Formiga-MG, no horário de 8h00min às 16h00min.

SITE PARA REALIZAÇÃO DO CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO:

CONTATO P/ FORNECEDORES LICITANET: (34) 2512-6500 Opção 2 – (34) 3014-6633 WhatsApp – forneecedor@licitanet.com.br

CONSULTAS AO EDITAL E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES: www.licitanet.com.br / www.formiga.mg.gov.br

ENVIO DE IMPUGNAÇÕES E ESCLARECIMENTOS EXCLUSIVAMENTE PELO

SITE: www.licitanet.com.br

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS / ENCAMINHAMENTOS: Rua Barão de Piumhi, nº 92, A, 1º andar, Centro de Formiga, Telefone: (37) 3329-1844

A licitante deverá estar regularmente cadastrada junto ao LICITANET – Licitações Online no sítio: www.licitanet.com.br.

O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma do Credenciamento Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão disponíveis no site detentor da plataforma eletrônica (www.licitanet.com.br).



1. DO OBJETO

1.1. CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS DE RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS E DEMAIS RECEITAS PÚBLICAS MUNICIPAIS (IPTU, ITBI, ISSQN E OUTRAS RECEITAS), POR MEIO DE DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO MUNICIPAL (DAM), EM CONFORMIDADE COM O PADRÃO FEBRABAN, POR INTERMÉDIO DE QUALQUER DOS SEGUINTE MEIOS DE PAGAMENTO, CONFORME ESCOLHA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA CREDENCIADA: GUICHÊS DAS AGÊNCIAS, INTERNET BANKING, MOBILE BANKING, TERMINAIS DE AUTOATENDIMENTO E CORRESPONDENTES BANCÁRIOS, COM A PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS VALORES ARRECADADOS.

1.2. MODALIDADE, FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

1.2.1. Os bancos serão selecionados por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade INEXIGIBILIDADE, por meio de CREDENCIAMENTO, modalidade de chamamento público no qual a administração convoca interessados que preencham os requisitos previamente determinados no ato convocatório, a fim de serem credenciados junto a entidade para executar o objeto quando convocados, conforme Lei Federal nº 14.133/21.

1.2.2. Para a realização dos procedimentos na forma eletrônica, o Município utilizará a plataforma Licitanet.

2. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. Manutenção das atividades arrecadatórias da Secretaria Municipal de Fazenda, visando à facilitação do processo de arrecadação e melhor atendimento aos contribuintes.

2.2. O credenciamento adapta-se às necessidades fáticas de praticidade e transparência na arrecadação dos tributos.

2.3. A possibilidade de cometimento às pessoas jurídicas de direito privado do encargo de arrecadar, viabiliza a concretização da solução das demandas surgidas no procedimento de recebimento, controle e repasse dos valores devidos pelos contribuintes, proporcionando maior segurança e agilidade para ambos os sujeitos da relação tributária.

3. DO RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO E ABERTURA DA SESSÃO

3.1. As empresas interessadas deverão anexar a documentação requerida no site www.licitanet.com.br

3.2. No dia 22 de maio de 2026, às 09:01 horas, em sessão pública eletrônica, a realizar-se no site www.licitanet.com.br, será aberta a sessão e, não sendo manifestada intenção de recurso, procederá ao Credenciamento.

3.3. Para todas as referências de tempo contidas neste edital será observado o horário oficial de Brasília-DF.

3.4. Caso ocorra a manifestação de interposição de recurso, será designada nova data para abertura da sessão, após decisão.

4. CONSULTAS E/OU ESCLARECIMENTOS

4.1. Qualquer empresa, interessada na adesão ao credenciamento, poderá solicitar consultas/esclarecimentos, até 03 (três) dias úteis anteriores a data de abertura dos documentos de habilitação, à Comissão de Contratação, através do e-mail licitacaoformigamg@gmail.com ou pelo site www.licitanet.com.br.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1. O credenciamento de instituições financeiras é primordial para o arrecadamento de tributos.

5.2. Conforme análise feita em tópico pormenorizado no Estudo Técnico Preliminar, a solução que se mostra mais vantajosa para a Administração é a contratação desse serviço, envolvendo todas as atividades



descritas neste Edital.

53. O credenciamento possibilita a contratação de todos os interessados que preencham as condições deste Edital, além de ser viável em função da desburocratização de processos licitatórios, a sua prática é viável economicamente, pois o valor a ser pago pela prestação do serviço já está previamente estabelecido pela própria Administração por credenciar vários interessados, o que proporcionará ao Município um melhor atendimento às finalidades organizacionais.

6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

61. Podem participar deste Credenciamento todas as instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na forma de banco múltiplo, comercial ou cooperativo e cooperativa de crédito, que preencherem todos os requisitos exigidos neste Edital e seus anexos.

62. É vedada a apresentação de mais de uma proposta de habilitação neste Credenciamento.

63. As instituições financeiras interessadas poderão protocolar inscrição para o Credenciamento, conforme definido no Edital Convocatório.

64. Não poderão participar deste Credenciamento:

- a) Instituições financeiras que estiverem em processo de intervenção judicial ou extrajudicial, falência, insolvência ou liquidação;
- b) Instituições financeiras que tenham sido declaradas inidôneas para contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública de qualquer Poder ou esfera de Governo;
- c) Estiver irregular quanto à comprovação de quitação de tributos federais, estaduais ou municipais, considerada a sede ou principal estabelecimento da proponente.
- d) Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.
- e) Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas assituações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

65. A relação de credenciados será publicada no site da Prefeitura Municipal de Formiga/MG www.formiga.mg.gov.br.

66. Serão credenciados os interessados que se encontrarem em situação constatada com a apresentação da documentação exigida e que atendam a todas exigências deste edital.

67. É facultada a Comissão de Contratação, em qualquer fase do credenciamento, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

68. O credenciado intimado para prestar qualquer esclarecimento adicional deverá fazê-lo no prazo determinado pela Comissão de Contratação, sob pena de descredenciamento.

69. Atendidas todas as condições previstas neste Edital, o credenciado assinará o contrato, habilitando-se a operar nos termos, e nas condições estabelecidas.

610. O Município de Formiga-MG efetuará a publicação dos contratos decorrentes deste credenciamento nos jornais oficiais.

611. DA FORMA DE CREDENCIAMENTO - credenciamento será realizado de forma eletrônica, por meio do site www.licitanet.com.br.

- a) As empresas interessadas deverão acessar o referido portal e seguir as instruções para envio da documentação e demais informações exigidas neste edital.
- b) O credenciamento será contínuo, podendo as empresas interessadas apresentarem suas propostas a qualquer tempo, desde que atendam aos requisitos estabelecidos neste edital.
- c) Não poderão participar do credenciamento:
- d) Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu (s) anexo (s).

612. As vedações do item 6 e suas alíneas são de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.



7. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. O Banco credenciado prestará serviços de recebimento de contas, tributos e demais receitas municipais por meio da escolha da instituição financeira credenciada e de acordo com estipulações deste Termo de Referência, do edital convocatório e minuta do contrato;

7.1.1. A prestação dos serviços de arrecadação, através de Documento de Arrecadação Municipal – DAM, e repasse de tributos e demais receitas municipais, com respectiva prestação de contas por transmissão eletrônica de dados, em favor do Município, será realizada por intermédio de qualquer um dos seguintes meios de pagamento, conforme escolha da instituição financeira credenciada: de guichês das agências, internet banking, mobile banking, terminais de autoatendimento e correspondentes bancários com prestação de contas dos valores arrecadados.

7.1.2. As guias somente poderão ser recebidas até o vencimento desde que devidamente preenchida, sem ressalvas, omissões, emendas ou rasuras, não se responsabilizando pelas informações prestadas pelo contribuinte, tais como cálculos, valores, multas, juros e correção monetária constantes do referido documento de arrecadação;

7.1.3. Autenticar o DAM, em todas as suas vias, ou emitir um recibo da recepção do pagamento. Para os recebimentos realizados através dos canais internet banking e autoatendimento, o comprovante de pagamento será o lançamento de débito no extrato de conta corrente ou recibo próprio emitido pelo canal;

7.1.4. A informação recebida nos Documentos de Arrecadação Municipal (DAM) será obtida pela leitura do código de barras padrão FEBRABAN ou pela digitação da respectiva representação numérica;

7.1.5. Manter os DAM arquivados por um período de 90 (noventa) dias;

7.1.6. Enviar ao Município até às 10 horas do primeiro dia útil seguinte do dia da arrecadação dos tributos, o arquivo com total das transações do dia, por meio do Sistema de Pagamentos Brasileiro – SPB ou outro meio a critério da Secretaria de Fazenda, sendo que o valor total da arrecadação deverá ser o mesmo do valor transmitido pelo Sistema de Pagamento Brasileiro (SPB).

7.1.7. Apresentar à Secretaria Municipal da Fazenda documento com a discriminação dos serviços prestados, constando a quantidade, a modalidade de recebimento dos documentos e demais informações que se fizerem necessárias à apuração da prestação dos serviços.

7.1.8. Disponibilizar à Secretaria Municipal da Fazenda os documentos e as informações necessárias para a verificação dos procedimentos de arrecadação.

7.1.9. Em caso de incorreção de dados, remeter as informações regularizadas no prazo de 01 (um) dia útil, contado a partir do horário de recebimento da comunicação de rejeição, sem prejuízo das penalidades previstas no contrato;

7.1.10. O banco repassará o produto da arrecadação dos tributos nos prazos definidos a seguir:

7.1.10.1. Até o 2º dia útil após a data do recebimento para os documentos arrecadados no guichê, em forma de pagamento em dinheiro;

7.1.10.2. Até o 2º dia útil após a data do recebimento para os documentos arrecadados no Autoatendimento e Internet;

7.1.10.3. Até o 2º dia útil após a data do recebimento para os documentos arrecadados nos correspondentes bancários, em forma de pagamento em dinheiro;

7.1.10.4. Remeter as informações regularizadas até às 18 (dezoito) horas do 2º (segundo) dia útil seguinte ao retorno da remessa rejeitada.

7.1.11. Prestar as informações concernentes aos documentos recebidos, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da data da ciência da solicitação.

7.1.12. Certificar a legitimidade da autenticação aposta nos documentos comprobatórios dos pagamentos, no prazo máximo de **30** (trinta) dias, prorrogável por igual período, caso haja necessidade, contados da data da ciência da solicitação, pelo período de **5** (cinco) anos, ressalvadas as hipóteses em que haja notificação da Secretaria Municipal de Fazenda ao AGENTE ARRECADADOR neste prazo, caso em que a legitimação deverá ser efetuada a qualquer tempo.



7.1.13. Manter as informações de transmissão de arrecadação em meio eletrônico por um período mínimo de 05 (cinco) anos;

7.1.14. Eventuais despesas administrativas geradas externamente, ainda que em atendimento ao objeto contratado, não serão suportadas pela contratante.

8. DO ENVIO DO REQUERIMENTO, DECLARAÇÕES E HABILITAÇÃO

8.1. Tanto a proposta, representada pela Solicitação de Credenciamento, quanto os documentos necessários para a habilitação, deverão ser enviados simultaneamente por meio da plataforma eletrônica de credenciamento disponível no site www.licitanet.com.br.

8.2. Caso haja cobrança de taxa de inscrição e/ou participação, esta será de responsabilidade exclusiva da plataforma, não cabendo à Administração Pública qualquer responsabilidade sobre a gestão do sistema, bem como sobre os custos operacionais decorrentes de sua utilização.

8.3. A Comissão responsável pelo credenciamento terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para análise das propostas e dos documentos de habilitação, contados a partir do recebimento da documentação completa na plataforma.

8.4. Todas as referências de tempo neste Edital, no aviso e durante a sessão pública eletrônica obedecerão ao horário de Brasília – DF.

8.5. O interessado em participar do credenciamento deverá assinalar, em campo próprio da plataforma, as declarações exigidas para confirmação do cumprimento das condições estabelecidas neste edital.

8.6. Os Documentos para fins de habilitação, estão relacionados neste Edital, e deverão ser enviados por meio da plataforma eletrônica de credenciamento disponível no site www.licitanet.com.br.

8.7. Todos os documentos relacionados deverão estar dentro do prazo de validade, conforme o caso e os que não o indicarem, devem ter sido emitidos no prazo máximo de 90 (noventa) dias.

8.8. Não será credenciada a interessada que não apresentar a documentação com validade expirada ou vencida.

8.9. A comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância do requerimento, dos documentos e sua validade jurídica, mediante justificativa.

8.10. A Comissão de contratação poderá ainda, durante a análise da documentação, convocar os interessados através da plataforma licitanet para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários, bem como solicitar documentos complementares.

9. DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

Para fins de credenciamento os interessados deverão apresentar os documentos a seguir relacionados, devidamente atualizados:

9.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Cédula de identidade do responsável legal da instituição.

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

a) Prova de inscrição no cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

b) Certidão de Regularidade da Fazenda Pública Federal, conjunta com a Dívida Ativa da União que abrange regularidade com o INSS;

c) Certidão de Regularidade Estadual;



- d) Certidão de Regularidade Municipal (da sede do licitante);
- e) Certidão de Regularidade do FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida gratuita e eletronicamente pelo TST (Tribunal Superior do Trabalho, disponível no site www.tst.jus.br/certidao), para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do art. 68, inciso V da Lei nº 14.133/21 e art. 642-A da CLT (incluído pela Lei nº 12.240/11);

9.3. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) Certidão Negativa de Falência e Concordatas, expedida pelo cartório distribuidor da comarca da sede da pessoa jurídica, com no máximo de 60 (sessenta) dias da data de anexo dos documentos, de acordo com o inciso II do artigo 69 da Lei 8.666/93.

9.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 9.4.1.** Apresentar registro ou autorização junto ao Banco Central.

• JUSTIFICATIVA DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- Justifica-se a exigência de qualificação técnica em observância ao art. 67 da Lei 14.133/21. Tal determinação de apresentação de atestado imposta acima tem como fulcro assegurar a qualidade dos serviços prestados pela contratada, garantindo que a mesma atenderá satisfatoriamente a demanda da Secretaria Municipal de Fazenda.

9.5. DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS (CONFORME ANEXO 02):

- A empresa deverá apresentar, conforme o **Anexo 02**, no qual deverão constar:

- a) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

- está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

- não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

- que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

- que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

- que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.6. Ao protocolar eletronicamente seu pedido para o Credenciamento (ANEXO I), a instituição financeira aceita e se obriga a cumprir todos os termos deste Edital.

- 9.7.** Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:

- a) Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

- b) Se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, salvo aqueles que, pela própria natureza, comprovadamente, só puderem ser emitidos em nome da Matriz;



9.8. Todos os documentos que não possuírem data de validade estabelecida pelo órgão expedidor deverão ter sido emitidos nos últimos 90 (noventa) dias.

9.9. Não se incluem no previsto item anterior os documentos que, pela própria natureza, não apresentam prazo de validade, que é o caso dos atestados de capacidade/responsabilidade técnica.

9.10. Serão aceitos somente documentos enviados eletronicamente e de forma legível.

9.11. Não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas.

9.12. A Comissão de Contratação reserva-se no direito de solicitar o original a qualquer documento, sempre que julgar necessário.

9.13. Os documentos retirados da internet terão sua autenticidade certificada junto aos “sites” dos órgãos emissores.

9.14. Em qualquer hipótese, fica estabelecido que os documentos apresentados permanecerão no processo licitatório.

10 DA FORMA E DO PRAZO PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS

10.1. Os interessados têm o prazo de (12) doze meses, a contar da data de publicação do Edital Convocatório, para manifestar seu interesse, com apresentação de documentação na Plataforma LICITANET.

11 DO CONTRATO

11.1. Concluído o credenciamento os interessados serão convocados para celebrar o Contrato de Prestação de serviços, conforme Minuta constante no Anexo 04 deste Edital.

11.2. Os interessados credenciados e convocados deverão comparecer para celebrar o Contrato de Prestação de Serviços no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação para tal, através de correio eletrônico ou notificação pessoal.

11.3. A não assinatura do Contrato poderá ser entendida como recusa injustificada, que ensejará seu imediato cancelamento.

11.4. O credenciamento deverá ser feito pelos interessados, junto a Plataforma LICITANET. Os contratos celebrados em decorrência deste credenciamento terão vigência inicial de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogados, mantidas as condições da contratação inicial, podendo ser prorrogados conforme art. 107 da Lei nº 14.133/21.

11. DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

11.1. A prestação dos serviços de arrecadação ocorrerá exclusivamente por intermédio de guichês das agências, internet banking, mobile banking, terminais de autoatendimento e correspondentes bancários, de acordo com a escolha da instituição financeira credenciada, com prestação de contas por meio magnético dos valores arrecadados.

12. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

12.1. OBRIGAÇÕES DO BANCO

12.1.1. –São obrigações do BANCO:

I. Receber tributos e demais receitas municipais somente através dos documentos de arrecadação (DAM), aprovados pela Secretaria Municipal da Fazenda (SEFAZ), que estejam com todos os campos de informações obrigatórios devidamente preenchidos, sem emendas ou rasuras, por qualquer modalidade pela qual se processe o pagamento, nos termos deste Termo de Referência;

II. Arrecadar em toda sua rede de agências, postos bancários e outras representações, inclusive as que vierem a ser inauguradas, após a assinatura do presente CONTRATO;

III. Apresentar ao Município, no ato da assinatura do presente CONTRATO, meios necessários à implementação da prestação de serviços ora contratados e os horários de funcionamento de cada unidade



arrecadadora, mantendo tais condições durante todo o período de vigência do CONTRATO, sendo que a implementação de novas modalidades de pagamento deverá ser previamente aprovada pela SEFAZ;

IV. Comunicar formalmente ao Município, com a maior brevidade possível, a ocorrência de avarias, danos, reparações ou modificações ocorridas no sistema de recolhimento do BANCO, que resultem em descontinuidade de arrecadação em modalidade de pagamento colocado à disposição do contribuinte, ou na modificação de qualquer processo que tenha reflexo nos serviços objetos do presente CONTRATO;

V. O BANCO não poderá, em hipótese alguma, cobrar qualquer taxa ou tarifa do contribuinte e/ou devedor, pela recepção, processamento e pagamento de suas obrigações;

VI. Autenticar o DAM, em todas as suas vias, ou emitir um recibo da recepção do pagamento. Para os recebimentos realizados através dos canais internet banking e autoatendimento, o comprovante de pagamento será o lançamento de débito no extrato de conta corrente ou recibo próprio emitido pelo canal.

VII. Cumprir as normas estabelecidas na legislação específica do Município, bem como nos instrumentos normativos que vierem a ser publicados para regular o procedimento concernente aos serviços de arrecadação objeto deste CONTRATO, o que dependerá de prévia ciência das partes, por escrito;

VIII. Manter as informações de transmissão de arrecadação em meio eletrônico por um período mínimo de 05 (cinco) anos.

IX. O BANCO NÃO PODERÁ RECEBER DOCUMENTOS DE ARRECADAÇÃO (DAM) APÓS O VENCIMENTO E NÃO PODERÁ ALTERAR A DATA DE VENCIMENTO, DEVENDO ESTE TÍTULO SER REGISTRADO E ALTERAÇÃO DE VENCIMENTO BLOQUEADA, DEVENDO ENCAMINHAR O CONTRIBUINTE À SECRETARIA DE FAZENDA PARA REEMISSÃO DO DOCUMENTO;

X. NÃO SERÁ PERMITIDO PAGAMENTO EM CHEQUE DE QUALQUER DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO (DAM);

XI. Informar os números para contato telefônico com as centrais de apoio aos serviços de transmissão dos arquivos de retorno, bem como os endereços eletrônicos também utilizados pelas mesmas, e ainda atualizá-los sempre que houver modificações destes;

XII. Os valores arrecadados deverão ser depositados em conta bancária aberta pelo Município no banco credenciado.

XIII. O contratado deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, conforme previsto no artigo 92, inciso XVI, da Lei 14.133 de 2021.

XIV. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, conforme previsto no artigo 92, inciso XVII, da Lei 14.133 de 2021.

12.2. É VEDADO AO BANCO

I. Utilizar, revelar ou divulgar, no todo ou em parte, ainda que para uso interno, informações ou documentos vinculados à prestação de serviços para o Município.

II. Cancelar ou debitar valores sem a autorização expressa do Município.

III. Reemitir Documentos De Arrecadação (DAM) vencido ou cálculo de juros e outros encargos;

8.3. Não será considerada como repassada a arrecadação:

a) enquanto o arquivo das transações remetido pelo BANCO não for recebido pelo Município;



b) quando o valor constante do arquivo das transações for diferente do valor registrado no extrato, e enquanto perdurar a irregularidade.

12.4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- I. Expedir normas e procedimentos de verificação e controle da consistência das informações relativas à arrecadação dos tributos municipais;
- II. Especificar o protocolo de comunicação a ser utilizada na transmissão eletrônica de dados;
- III. Providenciar a emissão dos documentos de arrecadação, com datas de vencimento, sendo responsável pelas declarações, cálculos, valores, multas, juros, correção monetária e outros elementos consignados;
- IV. Colocar a disposição dos contribuintes a informação necessária para que estes possam efetuar seus pagamentos;
- V. Entregar ao BANCO;
 - a) Recibo do arquivo enviado;
 - b) Mensagem de aceitação/ rejeição do arquivo enviado.
- VII. Repassar as tarifas de arrecadação no mesmo tempo do float de arrecadação;
- VII. Abrir contas bancárias nas instituições financeiras devidamente credenciadas, na qual serão depositados os valores arrecadados.

8.3. O Município não autoriza a Contratada a receber contas, tributos e demais receitas devidas, com cobrança de acréscimos ou vencidas, ficando sob a responsabilidade da Contratante a emissão das guias já com as devidas correções, conforme previsto.

13. DOS PREÇOS

13.1. O Município pagará aos bancos credenciados pela prestação dos serviços os seguintes valores:

13.1.1. R\$2,48 (Dois reais e quarenta e oito centavos) por DAM recebida, conforme Decreto Municipal nº 10.971 de 15 de dezembro de 2025, que estabelece legalmente o valor.

13.1.2. O valor estabelecido no item anterior será reajustado em conformidade com os novos Decretos Municipais que vierem a disciplinar a matéria, observadas as disposições legais vigentes.

14. DA FISCALIZAÇÃO

14.1. Atuará como Fiscal do futuro contrato, a servidora **MARIA CLARA CAMPOS FERREIRA** indicado pela Secretaria Municipal de Fazenda, designado conforme **PORTARIA Nº 6.134 DE 29 DE JULHO DE 2025**. Quanto à gestão do contrato, caberá ao Secretário Municipal de Fazenda, Joaquim Martins de Carvalho.

15. DO RECURSO E IMPUGNAÇÃO

15.1. Caberá a Comissão de Contratação decidir sobre a petição impugnatória no prazo de até 3 (três) dias úteis.

15.2. Qualquer recurso contra a decisão da Comissão de Contratação terá efeito suspensivo.

15.3. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.4. Os recursos e contrarrazões poderão ser encaminhados pelo e-mail : licitacaoformigamg@gmail.com aos cuidados da Comissão de Licitação, sendo que, posteriormente, as vias originais deverão ser protocoladas na Diretoria de Compras Públicas ou encaminhadas através dos Correios até o último dia do prazo do legal para protocolo.

- a) A versão original do recurso deve corresponder integralmente à versão encaminhada eletronicamente.
- b) O município não se responsabiliza pelo extravio de recursos antes de seu recebimento pela Diretoria de Compras.

15.5. Os recursos e impugnações interpostos fora dos prazos não serão conhecidos.

15.6. Ao encaminhar eletronicamente recurso ou contrarrazões, assinados digitalmente, não é necessário o envio da versão física, visto que a utilização da assinatura digital por meio de provedores de



assinaturas, confere ao documento eletrônico a mesma validade que o documento original.

15.7. O protocolo deverá ocorrer no horário de expediente da Diretoria de Compras Públicas. A Administração Municipal não se responsabiliza pelo extravio/ausência de assinatura nos documentos eletrônicos.

18.6 O recurso será dirigido a Comissão de Contratação, por intermédio de quem que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis.

16. DO DESCREDENCIAMENTO

16.1. Os prestadores serão descredenciados nas seguintes hipóteses:

- a) Manifesta deficiência do serviço;
- b) Reiterada desobediência do serviço;
- c) Abandono total ou parcial do serviço;
- d) Não der início às atividades no prazo previsto;
- e) Descumprimento das exigências previstas no edital, oportunizada defesa prévia;
- f) Negligência e/ou imperícia na prestação dos serviços, constatadas pela Administração e autarquias.

17. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. As despesas decorrentes deste credenciamento correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: 08 01 04 122 0001 2.030 33 90 39 – Manutenção dos Serviços da Secretaria de Fazenda.

18. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

18.1. Serão repassadas as tarifas de arrecadação no mesmo tempo do float de arrecadação.

19. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

19.1. Podem participar deste Credenciamento todas as instituições financeiras autorizadas a funcionarem pelo Banco Central do Brasil na forma de banco múltiplo, comercial ou cooperativo e cooperativa de crédito, que preencherem todos os requisitos exigidos neste Edital e do Termo de Referência.

19.2. É vedada a apresentação de mais de uma proposta de habilitação neste Credenciamento.

19.3. As instituições financeiras interessadas poderão protocolar inscrição para o Credenciamento, conforme definido no Edital Convocatório.

19.4. Não poderão participar deste Credenciamento:

19.4.1. Instituições financeiras que estiverem em processo de intervenção judicial ou extrajudicial, falência, insolvência ou liquidação;

19.4.2. Instituições financeiras que tenham sido declaradas inidôneas para contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública de qualquer Poder ou esfera de Governo;

19.4.3. Estiver irregular quanto à comprovação de quitação de tributos federais, estaduais ou municipais, considerada a sede ou principal estabelecimento da proponente.

19.4.4. Quanto aos requisitos legais, à contratação deste serviço, deverá obedecer no que couber, ao disposto na Lei nº 14.133/21 e suas alterações, além da legislação pertinente ao objeto, relacionada à execução dos serviços.

20. ESTIMATIVA DA QUANTIDADE

20.1. Estima-se receber, anualmente, 713.475 DAM's, que deverão ser recolhidas através das instituições financeiras credenciadas.

20.2. A quantidade acima estimada foi baseada no relatório de síntese de lançamentos do ano de 2024, através do Sistema Beta Tributos.

21. DA ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO

21.1. O Município de Formiga – MG com relação a este credenciamento:



- a) Deverá anulá-lo, se houver ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;
- b) Poderá revogá-lo, a seu juízo, se for considerado inoportuno ou inconveniente ao interesse público, em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta;
- c) No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

22. INFRACÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa pratica as condutas previstas no artigo 155 da Lei 14.133/2021.

22.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

22.2.1. advertência;

22.2.2. multa;

22.2.3. impedimento de licitar e contratar e

22.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

22.2.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

22.2.6. a natureza e a gravidade da infração cometida;

22.2.7. as peculiaridades do caso concreto;

22.2.8. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

22.2.9. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

22.2.10. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

22.3. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor homologado, recolhida no prazo máximo estipulado pela Administração, a contar da comunicação oficial, podendo ser aplicada em qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021, podendo ser cumulativamente ou não com as demais sanções.

22.4. Será aplicada advertência exclusivamente nos casos de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

22.5. A sanção de impedimento de licitar e contratar, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, será aplicada nos seguintes casos:

22.5.1. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

22.5.2. dar causa à inexecução total do contrato;

22.5.3. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

22.5.4. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

22.5.5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

22.5.6. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

22.6. Quando justificar a imposição de penalidade mais grave, nos casos descritos nos itens 22.6.1 a 22.6.6, poderá ser aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

22.7. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, nos seguintes casos:

22.7.1. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

22.7.2. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

22.7.3. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

22.7.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;



22.7.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

22.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

22.9. A aplicação das sanções será precedida de regular instrução de processo de responsabilização, constituído e conduzido em observância às regras dispostas nos artigos 157 a 161 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

23. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1. Para consulta e conhecimento dos interessados, o Edital poderá ser obtido através do Site www.formiga.mg.gov.br, www.licitanet.com.br.

23.2. O procedimento licitatório que dele resultar obedecerá integralmente a Lei n.º 14.133/2021 e as demais normas e condições estabelecidas no Edital.

23.3. O edital será disponibilizado no endereço eletrônico www.formiga.mg.gov.br, www.licitanet.com.br, ou podendo ser solicitado pelo e-mail licitacaoformigamg@gmail.com

23.4. O Município poderá determinar a qualquer momento, mediante prévia comunicação ao BANCO, a realização de inspeções e levantamentos, inclusive nas agências integrantes da rede arrecadadora, para certificação dos procedimentos de processamento e repasse dos recursos arrecadados.

23.5. O Município, através da Secretaria Municipal da Fazenda, poderá a qualquer tempo solicitar a alteração de rotinas operacionais previstas neste CONTRATO, mediante comunicação prévia ao BANCO, desde que o interesse público assim recomendar.

23.6. O Município poderá, a qualquer momento, modificar as condições iniciais do presente credenciamento e retornar, sem indenização os serviços desde que executados em desconformidade com os termos deste regulamento e do contrato, bem como aqueles que se revelarem insuficientes para o atendimento dos contribuintes municipais ou no interesse maior da administração;

23.7. No final do prazo de doze meses do presente credenciamento, havendo a renovação contratual, será dada outra oportunidade para que novas instituições financeiras se credenciem.

23.8. Caberá aplicação de advertência, conforme determinado pela Lei 14.133/21, bem como rescisão contratual por descumprimento de quaisquer das obrigações constantes neste Edital pela contratada.

23.9. O BANCO declara conhecer que, conforme as normas legais vigentes, lhe é proibido fornecer a terceiros qualquer tipo de informação que tenha obtido por ocasião da execução deste CONTRATO. Em consequência o BANCO se obriga a realizar todos os atos necessários para manter esta reserva, inclusive instruindo neste sentido os seus funcionários, agentes e representantes.

23.10. O BANCO assume a responsabilidade pelos atos praticados por seus funcionários, agentes, assessores, representantes e qualquer pessoa vinculada a sua instituição no cumprimento do presente CONTRATO que venham em prejuízo dos interesses do Município.

23.11. Caso o BANCO não repasse o valor dos pagamentos realizados pelos contribuintes e/ou devedores, assumirá a responsabilidade pelo valor total não repassado, inclusive seus acréscimos.

24. SÃO PARTES INTEGRANTES DESTES EDITAL:

24.1. Modelo de solicitação de credenciamento (ANEXO 01);

24.2. Modelo de declaração diversa (ANEXO 02);

24.3. termo de referência (ANEXO 03);

24.4. Minuta de contrato de prestação de serviço (ANEXO 04).

Formiga(MG), 14 de maio de 2026.



Elaborado por:

LUCAS EDUARDO PEREIRA
COORDENADOR DE PREGÃO

Aprovador por:

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA



ANEXO 01
MODELO DE PEDIDO DE CREDENCIAMENTO

(Local e data)

À
SECRETARIA DE FAZENDA - MUNICÍPIO DE FORMIGA

Ref.: Edital de Credenciamento nº _____

Prezado(a) Senhor(a),

Manifestamos interesse no credenciamento desta empresa pelo Município, para prestação dos serviços, abaixo:

O objeto do presente termo é o Credenciamento de instituições financeiras para a prestação de serviços bancários de recolhimento de tributos e demais receitas públicas municipais (IPTU, ITBI, ISSQN e outras receitas), por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), em conformidade com o padrão FEBRABAN, por intermédio de qualquer dos seguintes meios de pagamento, conforme escolha da instituição financeira credenciada: guichês das agências, internet banking, mobile banking, terminais de autoatendimento e correspondentes bancários, com a prestação de contas dos valores arrecadados, a quem incumbirá a manutenção das atividades arrecadatórias da Secretaria Municipal de Fazenda como e prestadores de serviços de acordo com os critérios e condições estabelecidos no Edital de Credenciamento nº _____ e seus Anexos.

Para tanto, declaramos, sob as penas da lei, que conhecemos os termos do Edital e seus Anexos, os quais nos propomos cumprir, destacando que possuímos capacidade técnica para realização das operações necessárias **e que atenderemos o Município através dos canais de atendimento abaixo assinalados:**

- ☐ guichês das agências
- ☐ internet banking
- ☐ mobile banking
- ☐ terminais de autoatendimento
- ☐ correspondentes bancários

Acompanham o nosso Pedido de Credenciamento os documentos exigidos no item 9 do Edital.

Atenciosamente,

EMPRESA PROPONENTE



ANEXO 02
MODELO DE DECLARAÇÃO DIVERSA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº ____/____
CREDENCIAMENTO Nº ____/____

Ao:

Município de Formiga/MG

Ref.: Credenciamento Nº _____

Prezados Senhores,

(nome e qualificação do representante), como representante devidamente constituído da empresa _____ (nome da empresa/CNPJ) _____, sito à _____, doravante denominado Licitante, para os fins disposto no edital, DECLARA, sob as penas da lei, em especial ao art. 299 do Código Penal Brasileiro que:

- está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).
- que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

_____, _____ de _____ de _____.

LICITANTE/CNPJ

ASSINATURA E IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE LEGAL

Obs: Este documento deve ser anexado no sistema LICITANET.

Obs: Ao redigir a presente Declaração, o Proponente deverá utilizar formulário com timbre da proponente.



ANEXO 03

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Credenciamento de instituições financeiras para a prestação de serviços bancários de recolhimento de tributos e demais receitas públicas municipais (IPTU, ITBI, ISSQN e outras receitas), por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), em conformidade com o padrão FEBRABAN, por intermédio de qualquer dos seguintes meios de pagamento, conforme escolha da instituição financeira credenciada: guichês das agências, internet banking, mobile banking, terminais de autoatendimento e correspondentes bancários, com a prestação de contas dos valores arrecadados.

2. DA JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE

2.1. Manutenção das atividades arrecadatórias da Secretaria Municipal de Fazenda, visando à facilitação do processo de arrecadação e melhor atendimento aos contribuintes.

2.2. O credenciamento adapta-se às necessidades fáticas de praticidade e transparência na arrecadação dos tributos.

2.3. A possibilidade de cometimento às pessoas jurídicas de direito privado do encargo de arrecadar, viabiliza a concretização da solução das demandas surgidas no procedimento de recebimento, controle e repasse dos valores devidos pelos contribuintes, proporcionando maior segurança e agilidade para ambos os sujeitos da relação tributária.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. O credenciamento de instituições financeiras é primordial para o arrecadamento de tributos.

3.2. Conforme análise feita em tópico pormenorizado no Estudo Técnico Preliminar, a solução que se mostra mais vantajosa para a Administração é a contratação desse serviço, envolvendo todas as atividades descritas neste Termo.

3.3. O credenciamento possibilita a contratação de todos os interessados que preencham as condições deste Termo, além de ser viável em função da desburocratização de processos licitatórios, a sua prática é viável economicamente, pois o valor a ser pago pela prestação do serviço já está previamente estabelecido pela própria Administração por credenciar vários interessados, o que proporcionará ao Município um melhor atendimento às finalidades organizacionais.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Podem participar deste Credenciamento todas as instituições financeiras autorizadas a funcionarem pelo Banco Central do Brasil na forma de banco múltiplo, comercial ou cooperativo e cooperativa de crédito, que preencherem todos os requisitos exigidos neste Termo de Referência.

4.2. É vedada a apresentação de mais de uma proposta de habilitação neste Credenciamento.



4.3. As instituições financeiras interessadas poderão protocolar inscrição para o Credenciamento, conforme definido no Edital Convocatório.

4.4. Não poderão participar deste Credenciamento:

4.4.1. Instituições financeiras que estiverem em processo de intervenção judicial ou extrajudicial, falência, insolvência ou liquidação;

4.4.2. Instituições financeiras que tenham sido declaradas inidôneas para contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública de qualquer Poder ou esfera de Governo;

4.4.3. Estiver irregular quanto à comprovação de quitação de tributos federais, estaduais ou municipais, considerada a sede ou principal estabelecimento da proponente.

4.4.4. Quanto aos requisitos legais, à contratação deste serviço, deverá obedecer no que couber, ao disposto na Lei nº 14.133/21 e suas alterações, além da legislação pertinente ao objeto, relacionada à execução dos serviços.

5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.1. Apresentar registro ou autorização junto ao Banco Central.

5.2. Justifica-se a exigência de qualificação técnica em observância ao art. 67 da Lei 14.133/21. Tal determinação de apresentação de atestado imposta acima tem como fulcro assegurar a qualidade dos serviços prestados pela contratada, garantindo que a mesma atenderá satisfatoriamente a demanda da Secretaria Municipal de Fazenda.

6. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. O Banco credenciado prestará serviços de recebimento de contas, tributos e demais receitas municipais por meio da escolha da instituição financeira credenciada e de acordo com estipulações deste Termo de Referência, do edital convocatório e minuta do contrato;

6.1.1. A prestação dos serviços de arrecadação, através de Documento de Arrecadação Municipal – DAM, e repasse de tributos e demais receitas municipais, com respectiva prestação de contas por transmissão eletrônica de dados, em favor do Município, será realizada por intermédio de qualquer um dos seguintes meios de pagamento, conforme escolha da instituição financeira credenciada: de guichês das agências, internet banking, mobile banking, terminais de autoatendimento e correspondentes bancários com prestação de contas dos valores arrecadados.

6.1.2. As guias somente poderão ser recebidas até o vencimento desde que devidamente preenchida, sem ressalvas, omissões, emendas ou rasuras, não se responsabilizando pelas informações prestadas pelo contribuinte, tais como cálculos, valores, multas, juros e correção monetária constantes do referido documento de arrecadação;

6.1.3. Autenticar o DAM, em todas as suas vias, ou emitir um recibo da recepção do pagamento. Para os recebimentos realizados através dos canais internet banking e autoatendimento, o comprovante de pagamento será o lançamento de débito no extrato de conta corrente ou recibo próprio emitido pelo canal;

6.1.4. A informação recebida nos Documentos de Arrecadação Municipal (DAM) será obtida pela leitura do código de barras padrão FEBRABAN ou pela digitação da respectiva representação numérica;

6.1.5. Manter os DAM arquivados por um período de 90 (noventa) dias;



6.1.6. Enviar ao Município até às 10 horas do primeiro dia útil seguinte do dia da arrecadação dos tributos, o arquivo com total das transações do dia, por meio do Sistema de Pagamentos Brasileiro – SPB ou outro meio a critério da Secretaria de Fazenda, sendo que o valor total da arrecadação deverá ser o mesmo do valor transmitido pelo Sistema de Pagamento Brasileiro (SPB).

6.1.7. Apresentar à Secretaria Municipal da Fazenda documento com a discriminação dos serviços prestados, constando a quantidade, a modalidade de recebimento dos documentos e demais informações que se fizerem necessárias à apuração da prestação dos serviços.

6.1.8. Disponibilizar à Secretaria Municipal da Fazenda os documentos e as informações necessárias para a verificação dos procedimentos de arrecadação.

6.1.9. Em caso de incorreção de dados, remeter as informações regularizadas no prazo de 01 (um) dia útil, contado a partir do horário de recebimento da comunicação de rejeição, sem prejuízo das penalidades previstas no contrato;

6.1.10. O banco repassará o produto da arrecadação dos tributos nos prazos definidos a seguir:

6.1.10.1. Até o 2º dia útil após a data do recebimento para os documentos arrecadados no guichê, em forma de pagamento em dinheiro;

6.1.10.2. Até o 2º dia útil após a data do recebimento para os documentos arrecadados no Autoatendimento e Internet;

6.1.10.3. Até o 2º dia útil após a data do recebimento para os documentos arrecadados nos correspondentes bancários, em forma de pagamento em dinheiro;

6.1.10.4. Remeter as informações regularizadas até às 18 (dezoito) horas do 2º (segundo) dia útil seguinte ao retorno da remessa rejeitada.

6.1.11. Prestar as informações concernentes aos documentos recebidos, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da data da ciência da solicitação.

6.1.12. Certificar a legitimidade da autenticação aposta nos documentos comprobatórios dos pagamentos, no prazo máximo de **30** (trinta) dias, prorrogável por igual período, caso haja necessidade, contados da data da ciência da solicitação, pelo período de **5** (cinco) anos, ressalvadas as hipóteses em que haja notificação da Secretaria Municipal de Fazenda ao AGENTE ARRECADADOR neste prazo, caso em que a legitimação deverá ser efetuada a qualquer tempo.

6.1.13. Manter as informações de transmissão de arrecadação em meio eletrônico por um período mínimo de 05 (cinco) anos;

6.1.14. Eventuais despesas administrativas geradas externamente, ainda que em atendimento ao objeto contratado, não serão suportadas pela contratante.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I. Receber tributos e demais receitas municipais somente através dos documentos de arrecadação (DAM), aprovados pela Secretaria Municipal da Fazenda (SEFAZ), que estejam com todos os campos de informações obrigatórios devidamente preenchidos, sem emendas ou rasuras, por qualquer modalidade pela qual se processe o pagamento, nos termos deste Termo de Referência;

II. Arrecadar em toda sua rede de agências, postos bancários e outras representações, inclusive as que vierem a ser inauguradas, após a assinatura do presente CONTRATO;

III. Apresentar ao Município, no ato da assinatura do presente CONTRATO, meios necessários à implementação da prestação de serviços ora contratados e os horários de funcionamento de cada unidade arrecadadora, mantendo tais condições durante todo o período de vigência do



CONTRATO, sendo que a implementação de novas modalidades de pagamento deverá ser previamente aprovada pela SEFAZ;

IV. Comunicar formalmente ao Município, com a maior brevidade possível, a ocorrência de avarias, danos, reparações ou modificações ocorridas no sistema de recolhimento do BANCO, que resultem em descontinuidade de arrecadação em modalidade de pagamento colocado à disposição do contribuinte, ou na modificação de qualquer processo que tenha reflexo nos serviços objetos do presente CONTRATO;

V. O BANCO não poderá, em hipótese alguma, cobrar qualquer taxa ou tarifa do contribuinte e/ou devedor, pela recepção, processamento e pagamento de suas obrigações;

VI. Autenticar o DAM, em todas as suas vias, ou emitir um recibo da recepção do pagamento. Para os recebimentos realizados através dos canais internet banking e autoatendimento, o comprovante de pagamento será o lançamento de débito no extrato de conta corrente ou recibo próprio emitido pelo canal.

VII. Cumprir as normas estabelecidas na legislação específica do Município, bem como nos instrumentos normativos que vierem a ser publicados para regular o procedimento concernente aos serviços de arrecadação objeto deste CONTRATO, o que dependerá de prévia ciência das partes, por escrito;

VIII. Manter as informações de transmissão de arrecadação em meio eletrônico por um período mínimo de 05 (cinco) anos.

IX. O BANCO NÃO PODERÁ RECEBER DOCUMENTOS DE ARRECADAÇÃO (DAM) APÓS O VENCIMENTO E NÃO PODERÁ ALTERAR A DATA DE VENCIMENTO, DEVENDO ESTE TÍTULO SER REGISTRADO E ALTERAÇÃO DE VENCIMENTO BLOQUEADA, DEVENDO ENCAMINHAR O CONTRIBUINTE À SECRETARIA DE FAZENDA PARA REEMISSÃO DO DOCUMENTO;

X. NÃO SERÁ PERMITIDO PAGAMENTO EM CHEQUE DE QUALQUER DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO (DAM);

XI. Informar os números para contato telefônico com as centrais de apoio aos serviços de transmissão dos arquivos de retorno, bem como os endereços eletrônicos também utilizados pelas mesmas, e ainda atualizá-los sempre que houver modificações destes;

XII. Os valores arrecadados deverão ser depositados em conta bancária aberta pelo Município no banco credenciado.

XIII. O contratado deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, conforme previsto no artigo 92, inciso XVI, da Lei 14.133 de 2021.

XIV. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, conforme previsto no artigo 92, inciso XVII, da Lei 14.133 de 2021.

8. É VEDADO AO BANCO

I. Utilizar, revelar ou divulgar, no todo ou em parte, ainda que para uso interno, informações ou documentos vinculados à prestação de serviços para o Município.

II. Cancelar ou debitar valores sem a autorização expressa do Município.

III. Reemitir Documentos De Arrecadação (DAM) vencido ou cálculo de juros e outros encargos;



8.1. Não será considerada como repassada a arrecadação:

- a) enquanto o arquivo das transações remetido pelo BANCO não for recebido pelo Município;
- b) quando o valor constante do arquivo das transações for diferente do valor registrado no extrato, e enquanto perdurar a irregularidade.

8.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- I. Expedir normas e procedimentos de verificação e controle da consistência das informações relativas à arrecadação dos tributos municipais;
- II. Especificar o protocolo de comunicação a ser utilizada na transmissão eletrônica de dados;
- III. Providenciar a emissão dos documentos de arrecadação, com datas de vencimento, sendo responsável pelas declarações, cálculos, valores, multas, juros, correção monetária e outros elementos consignados;
- IV. Colocar a disposição dos contribuintes a informação necessária para que estes possam efetuar seus pagamentos;
- V. Entregar ao BANCO;
 - a) Recibo do arquivo enviado;
 - b) Mensagem de aceitação/ rejeição do arquivo enviado.
- VII. Repassar as tarifas de arrecadação no mesmo tempo do float de arrecadação;
- VII. Abrir contas bancárias nas instituições financeiras devidamente credenciadas, na qual serão depositados os valores arrecadados.

8.3. O Município não autoriza a Contratada a receber contas, tributos e demais receitas devidas, com cobrança de acréscimos ou vencidas, ficando sob a responsabilidade da Contratante a emissão das guias já com as devidas correções, conforme previsto.

9. DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1. A prestação dos serviços de arrecadação ocorrerá exclusivamente por intermédio de guichês das agências, internet banking, mobile banking, terminais de autoatendimento e correspondentes bancários, de acordo com a escolha da instituição financeira credenciada, com prestação de contas por meio magnético dos valores arrecadados.

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

10.1. Serão repassadas as tarifas de arrecadação no mesmo tempo do float de arrecadação.

11. DA FORMA E DO PRAZO PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS

11.1. Os interessados têm o prazo de (12) doze meses, a contar da data de publicação do Edital Convocatório, para manifestar seu interesse, com apresentação de documentação na Plataforma LICITANET.



12. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

12.1. Os bancos serão selecionados por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade INEXIGIBILIDADE, por meio de CREDENCIAMENTO, modalidade de chamamento público no qual a administração convoca interessados que preencham os requisitos previamente determinados no ato convocatório, a fim de serem credenciados junto a entidade para executar o objeto quando convocados, conforme Lei Federal nº 14.133/21.

12.2. Para a realização dos procedimentos na forma eletrônica, o Município utilizará a plataforma Licitanet.

13. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

13.1. O credenciamento deverá ser feito pelos interessados, junto a Plataforma LICITANET. Os contratos celebrados em decorrência deste credenciamento terão vigência inicial de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogados, mantidas as condições da contratação inicial, podendo ser prorrogados conforme art. 107 da Lei nº 14.133/21.

14. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO

14.1. Atuará como Fiscal do futuro contrato, a servidora Maria Clara Campos Ferreira indicado pela Secretaria Municipal de Fazenda, designado conforme Portaria nº 6.134 de 29 de julho de 2025. Quanto à gestão do contrato, caberá ao Secretário Municipal de Fazenda, Joaquim Martins de Carvalho.

15. ESTIMATIVA DA QUANTIDADE

15.1. Estima-se receber, anualmente, 713.475 DAM's, que deverão ser recolhidas através das instituições financeiras credenciadas.

15.2. A quantidade acima estimada foi baseada no relatório de síntese de lançamentos do ano de 2024, através do Sistema Betha Tributos.

16. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

16.1. O Município pagará aos bancos credenciados pela prestação dos serviços os seguintes valores:

16.1.1. R\$2,48 (Dois reais e quarenta e oito centavos) por DAM recebida, conforme Decreto Municipal nº 10.971 de 15 de dezembro de 2025, que estabelece legalmente o valor.

16.1.2. O valor estabelecido no item anterior será reajustado em conformidade com os novos Decretos Municipais que vierem a disciplinar a matéria, observadas as disposições legais vigentes.

17. DA ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO

17.1. O Município de Formiga – MG com relação a este credenciamento:

a) Deverá anulá-lo, se houver ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;

b) Poderá revogá-lo, a seu juízo, se for considerado inoportuno ou inconveniente ao interesse público, em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar



tal conduta;

c) No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

18. DO DESCREDENCIAMENTO

Os prestadores serão descredenciados nas seguintes hipóteses:

- g) Manifesta deficiência do serviço;
- h) Reiterada desobediência do serviço;
- i) Abandono total ou parcial do serviço;
- j) Não der início às atividades no prazo previsto;
- k) Descumprimento das exigências previstas no edital, oportunizada defesa prévia;
- l) Negligência e/ou imperícia na prestação dos serviços, constatadas pela Administração e autarquias.

19. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste credenciamento correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: 08 01 04 122 0001 2.030 33 90 39 – Manutenção dos Serviços da Secretaria de Fazenda.

20. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa pratica as condutas previstas no artigo 155 da Lei 14.133/2021.

20.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

20.2.1. advertência;

20.2.2. multa;

20.2.3. impedimento de licitar e contratar e

20.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

20.2.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

20.2.6. a natureza e a gravidade da infração cometida;

20.2.7. as peculiaridades do caso concreto;

20.2.8. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

20.2.9. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

20.2.10. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

20.3. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor homologado, recolhida no prazo máximo estipulado pela Administração, a contar da comunicação oficial,



podendo ser aplicada em qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021, podendo ser cumulativamente ou não com as demais sanções.

20.4. Será aplicada advertência exclusivamente nos casos de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

20.5. A sanção de impedimento de licitar e contratar, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, será aplicada nos seguintes casos:

20.5.1. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

20.5.2. dar causa à inexecução total do contrato;

20.5.3. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

20.5.4. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

20.5.5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

20.5.6. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

20.6. Quando justificar a imposição de penalidade mais grave, nos casos descritos nos itens 20.5.1 a 20.5.6, poderá ser aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

20.7. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, nos seguintes casos:

20.7.1. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

20.7.2. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

20.7.3. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

20.7.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

20.7.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

20.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

20.9. A aplicação das sanções será precedida de regular instrução de processo de responsabilização, constituído e conduzido em observância às regras dispostas nos artigos 157 a 161 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.



21. DISPOSIÇÕES GERAIS:

21.1. O Município poderá determinar a qualquer momento, mediante prévia comunicação ao BANCO, a realização de inspeções e levantamentos, inclusive nas agências integrantes da rede arrecadadora, para certificação dos procedimentos de processamento e repasse dos recursos arrecadados.

21.2. O Município, através da Secretaria Municipal da Fazenda, poderá a qualquer tempo solicitar a alteração de rotinas operacionais previstas neste CONTRATO, mediante comunicação prévia ao BANCO, desde que o interesse público assim recomendar.

21.3. O Município poderá, a qualquer momento, modificar as condições iniciais do presente credenciamento e retornar, sem indenização os serviços desde que executados em desconformidade com os termos deste regulamento e do contrato, bem como aqueles que se revelarem insuficientes para o atendimento dos contribuintes municipais ou no interesse maior da administração;

21.4. No final do prazo de doze meses do presente credenciamento, havendo a renovação contratual, será dada outra oportunidade para que novas instituições financeiras se credenciem.

21.5. Caberá aplicação de advertência, conforme determinado pela Lei 14.133/21, bem como rescisão contratual por descumprimento de quaisquer das obrigações constantes neste termo pela contratada.

21.6. O BANCO declara conhecer que, conforme as normas legais vigentes, lhe é proibido fornecer a terceiros qualquer tipo de informação que tenha obtido por ocasião da execução deste CONTRATO. Em consequência o BANCO se obriga a realizar todos os atos necessários para manter esta reserva, inclusive instruindo neste sentido os seus funcionários, agentes e representantes.

21.7. O BANCO assume a responsabilidade pelos atos praticados por seus funcionários, agentes, assessores, representantes e qualquer pessoa vinculada a sua instituição no cumprimento do presente CONTRATO que venham em prejuízo dos interesses do Município.

21.8 Caso o BANCO não repasse o valor dos pagamentos realizados pelos contribuintes e/ou devedores, assumirá a responsabilidade pelo valor total não repassado, inclusive seus acréscimos.

Formiga, 01 de abril de 2026.

Elaborado por: _____

Lara Souza de Oliveira
Diretora do Departamento de Sistemas e Gestão

Aprovador por: _____

Joaquim Martins de Carvalho
Secretário Municipal de Fazenda



ANEXO 04
MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 309/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 048/2025
CREDENCIAMENTO 05/2025

CONTRATO Nº ____/2026

QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE FORMIGA E,
CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PARA A PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS BANCÁRIOS DE RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS E DEMAIS
RECEITAS PÚBLICAS MUNICIPAIS (IPTU, ITBI, ISSQN E OUTRAS RECEITAS),
POR MEIO DE DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO MUNICIPAL (DAM), EM
CONFORMIDADE COM O PADRÃO FEBRABAN, POR INTERMÉDIO DE
QUALQUER DOS SEGUINTE MEIOS DE PAGAMENTO, CONFORME ESCOLHA
DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA CREDENCIADA: GUICHÊS DAS AGÊNCIAS,
INTERNET BANKING, MOBILE BANKING, TERMINAIS DE
AUTOATENDIMENTO E CORRESPONDENTES BANCÁRIOS, COM A
PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS VALORES ARRECADADOS.

CONTRATO que entre si celebram o Município de Formiga, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no C.N.P.J. sob o n.º: 16.784.720/0001-25, com sua sede administrativa localizada na Rua Barão de Piumhi, nº 121, Centro, neste ato, representado pelo Exmo. Prefeito Municipal, **Sr. Laércio dos Reis Gomes**, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Formiga - MG, portador do C.P.F. n.º: 761.371.396-20 e R.G. n.º: MG 3.863.304 SSP/MG, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro lado o Inscrito no CNPJ sob n.º....., com endereço através de seu representante legal, Sr....., denominado CONTRATADO, considerando a homologação, o objeto da Licitação de que trata o Edital de Credenciamento nº005/2025 cujo objeto é o **CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS DE RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS E DEMAIS RECEITAS PÚBLICAS MUNICIPAIS (IPTU, ITBI, ISSQN E OUTRAS RECEITAS), POR MEIO DE DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO MUNICIPAL (DAM), EM CONFORMIDADE COM O PADRÃO FEBRABAN, POR INTERMÉDIO DE QUALQUER DOS SEGUINTE MEIOS DE PAGAMENTO, CONFORME ESCOLHA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA CREDENCIADA: GUICHÊS DAS AGÊNCIAS, INTERNET BANKING, MOBILE BANKING, TERMINAIS DE AUTOATENDIMENTO E CORRESPONDENTES BANCÁRIOS, COM A PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS VALORES ARRECADADOS**, mediante as cláusulas e condições seguintes:



CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS DE RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS E DEMAIS RECEITAS PÚBLICAS MUNICIPAIS (IPTU, ITBI, ISSQN E OUTRAS RECEITAS), POR MEIO DE DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO MUNICIPAL (DAM), EM CONFORMIDADE COM O PADRÃO FEBRABAN, POR INTERMÉDIO DE QUALQUER DOS SEGUINTE MEIOS DE PAGAMENTO, CONFORME ESCOLHA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA CREDENCIADA: GUICHÊS DAS AGÊNCIAS, INTERNET BANKING, MOBILE BANKING, TERMINAIS DE AUTOATENDIMENTO E CORRESPONDENTES BANCÁRIOS, COM A PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS VALORES ARRECADADOS.

1.2. Toda a documentação apresentada no Instrumento Convocatório e seus Anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES:

São obrigações do BANCO:

I. Receber tributos e demais receitas municipais somente através dos documentos de arrecadação (DAM), aprovados pela Secretaria Municipal da Fazenda (SEFAZ), que estejam com todos os campos de informações obrigatórios devidamente preenchidos, sem emendas ou rasuras, por qualquer modalidade pela qual se processe o pagamento, nos termos deste Termo de Referência;

II. Arrecadar em toda sua rede de agências, postos bancários e outras representações, inclusive as que vierem a ser inauguradas, após a assinatura do presente CONTRATO;

III. Apresentar ao Município, no ato da assinatura do presente CONTRATO, meios necessários à implementação da prestação de serviços ora contratados e os horários de funcionamento de cada unidade arrecadadora, mantendo tais condições durante todo o período de vigência do CONTRATO, sendo que a implementação de novas modalidades de pagamento deverá ser previamente aprovada pela SEFAZ;

IV. Comunicar formalmente ao Município, com a maior brevidade possível, a ocorrência de avarias, danos, reparações ou modificações ocorridas no sistema de recolhimento do BANCO, que resultem em descontinuidade de arrecadação em modalidade de pagamento colocado à disposição do contribuinte, ou na modificação de qualquer processo que tenha reflexo nos serviços objetos do presente CONTRATO;

V. O BANCO não poderá, em hipótese alguma, cobrar qualquer taxa ou tarifa do contribuinte e/ou devedor, pela recepção, processamento e pagamento de suas obrigações;

VI. Autenticar o DAM, em todas as suas vias, ou emitir um recibo da recepção do pagamento. Para os recebimentos realizados através dos canais internet banking e autoatendimento, o comprovante de pagamento será o lançamento de débito no extrato de conta corrente ou recibo próprio emitido pelo canal.

VII. Cumprir as normas estabelecidas na legislação específica do Município, bem como nos instrumentos normativos que vierem a ser publicados para regular o procedimento concernente aos serviços de arrecadação objeto deste CONTRATO, o que dependerá de prévia ciência das partes, por escrito;

VIII. Manter as informações de transmissão de arrecadação em meio eletrônico por um período mínimo de 05 (cinco) anos.



IX. O BANCO NÃO PODERÁ RECEBER DOCUMENTOS DE ARRECADAÇÃO (DAM) APÓS O VENCIMENTO E NÃO PODERÁ ALTERAR A DATA DE VENCIMENTO, DEVENDO ESTE TÍTULO SER REGISTRADO E ALTERAÇÃO DE VENCIMENTO BLOQUEADA, DEVENDO ENCAMINHAR O CONTRIBUINTE À SECRETARIA DE FAZENDA PARA REEMISSÃO DO DOCUMENTO;

X. NÃO SERÁ PERMITIDO PAGAMENTO EM CHEQUE DE QUALQUER DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO (DAM);

XI. Informar os números para contato telefônico com as centrais de apoio aos serviços de transmissão dos arquivos de retorno, bem como os endereços eletrônicos também utilizados pelas mesmas, e ainda atualizá-los sempre que houver modificações destes;

XII. Os valores arrecadados deverão ser depositados em conta bancária aberta pelo Município no banco credenciado.

XIII. O contratado deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, conforme previsto no artigo 92, inciso XVI, da Lei 14.133 de 2021.

XIV. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, conforme previsto no artigo 92, inciso XVII, da Lei 14.133 de 2021.

2.2. É VEDADO AO BANCO

I. Utilizar, revelar ou divulgar, no todo ou em parte, ainda que para uso interno, informações ou documentos vinculados à prestação de serviços para o Município.

II. Cancelar ou debitar valores sem a autorização expressa do Município.

III. Reemitir Documentos De Arrecadação (DAM) vencido ou cálculo de juros e outros encargos;

8.3. Não será considerada como repassada a arrecadação:

a) enquanto o arquivo das transações remetido pelo BANCO não for recebido pelo Município;

b) quando o valor constante do arquivo das transações for diferente do valor registrado no extrato, e enquanto perdurar a irregularidade.

2.4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

I. Expedir normas e procedimentos de verificação e controle da consistência das informações relativas à arrecadação dos tributos municipais;

II. Especificar o protocolo de comunicação a ser utilizada na transmissão eletrônica de dados;

III. Providenciar a emissão dos documentos de arrecadação, com datas de vencimento, sendo responsável pelas declarações, cálculos, valores, multas, juros, correção monetária e outros elementos consignados;

IV. Colocar a disposição dos contribuintes a informação necessária para que estes possam efetuar seus pagamentos;

V. Entregar ao BANCO;

a) Recibo do arquivo enviado;

b) Mensagem de aceitação/ rejeição do arquivo enviado.

VII. Repassar as tarifas de arrecadação no mesmo tempo do float de arrecadação;

VII. Abrir contas bancárias nas instituições financeiras devidamente credenciadas, na qual serão depositados os valores arrecadados.



8.3. O Município não autoriza a Contratada a receber contas, tributos e demais receitas devidas, com cobrança de acréscimos ou vencidas, ficando sob a responsabilidade da Contratante a emissão das guias já com as devidas correções, conforme previsto.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

3.1. O credenciamento deverá ser feito pelos interessados, junto a Plataforma LICITANET. Os contratos celebrados em decorrência deste credenciamento terão vigência inicial de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogados, mantidas as condições da contratação inicial, podendo ser prorrogados conforme art. 107 da Lei nº 14.133/21.~

CLÁUSULA QUARTA: DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

4.1. A prestação dos serviços de arrecadação ocorrerá exclusivamente por intermédio de guichês das agências, internet banking, mobile banking, terminais de autoatendimento e correspondentes bancários, de acordo com a escolha da instituição financeira credenciada, com prestação de contas por meio magnético dos valores arrecadados.

CLÁUSULA QUINTA –DA FISCALIZAÇÃO

5.1. Atuará como Fiscal do futuro contrato, a servidora **MARIA CLARA CAMPOS FERREIRA** indicado pela Secretaria Municipal de Fazenda, designado conforme **PORTARIA Nº 6.134 DE 29 DE JULHO DE 2025**. Quanto à gestão do contrato, caberá ao Secretário Municipal de Fazenda, Joaquim Martins de Carvalho.

CLÁUSULA SEXTA – DA ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO

6.1. O Município de Formiga – MG com relação a este credenciamento:

- a) Deverá anulá-lo, se houver ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;
- b) Poderá revogá-lo, a seu juízo, se for considerado inoportuno ou inconveniente ao interesse público, em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta;
- c) No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA SÉTIMA– DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes deste credenciamento correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: 08 01 04 122 0001 2.030 33 90 39 – Manutenção dos Serviços da Secretaria de Fazenda.

CLAUSULA OITAVA - DA VINCULAÇÃO CONTRATUAL

18.1. Este contrato está vinculado de forma total e plena ao **Credenciamento nº 005/2025, Processo licitatório 309/2025, Inexigibilidade 048/2025** que lhe deu causa, para cuja execução exigir-se-á rigorosa obediência ao Edital e seus Anexos.

CLÁUSULA NONA –REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

9.1. Podem participar deste Credenciamento todas as instituições financeiras autorizadas a funcionarem pelo Banco Central do Brasil na forma de banco múltiplo, comercial ou cooperativo e cooperativa de crédito, que preencherem todos os requisitos exigidos nesta minuta, do Edital e do Termo de Referência.

9.2. É vedada a apresentação de mais de uma proposta de habilitação neste Credenciamento.

9.3. As instituições financeiras interessadas poderão protocolar inscrição para o Credenciamento, conforme definido no Edital Convocatório.



9.4. Não poderão participar deste Credenciamento:

9.4.1. Instituições financeiras que estiverem em processo de intervenção judicial ou extrajudicial, falência, insolvência ou liquidação;

9.4.2. Instituições financeiras que tenham sido declaradas inidôneas para contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública de qualquer Poder ou esfera de Governo;

9.4.3. Estiver irregular quanto à comprovação de quitação de tributos federais, estaduais ou municipais, considerada a sede ou principal estabelecimento da proponente.

9.4.4. Quanto aos requisitos legais, à contratação deste serviço, deverá obedecer no que couber, ao disposto na Lei nº 14.133/21 e suas alterações, além da legislação pertinente ao objeto, relacionada à execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA EXECUÇÃO DO OBJETO

10.1. O Banco credenciado prestará serviços de recebimento de contas, tributos e demais receitas municipais por meio da escolha da instituição financeira credenciada e de acordo com estipulações deste Termo de Referência, do edital convocatório e minuta do contrato;

10.1.1. A prestação dos serviços de arrecadação, através de Documento de Arrecadação Municipal – DAM, e repasse de tributos e demais receitas municipais, com respectiva prestação de contas por transmissão eletrônica de dados, em favor do Município, será realizada por intermédio de qualquer um dos seguintes meios de pagamento, conforme escolha da instituição financeira credenciada: de guichês das agências, internet banking, mobile banking, terminais de autoatendimento e correspondentes bancários com prestação de contas dos valores arrecadados.

10.1.2. As guias somente poderão ser recebidas até o vencimento desde que devidamente preenchida, sem ressalvas, omissões, emendas ou rasuras, não se responsabilizando pelas informações prestadas pelo contribuinte, tais como cálculos, valores, multas, juros e correção monetária constantes do referido documento de arrecadação;

10.1.3. Autenticar o DAM, em todas as suas vias, ou emitir um recibo da recepção do pagamento. Para os recebimentos realizados através dos canais internet banking e autoatendimento, o comprovante de pagamento será o lançamento de débito no extrato de conta corrente ou recibo próprio emitido pelo canal;

10.1.4. A informação recebida nos Documentos de Arrecadação Municipal (DAM) será obtida pela leitura do código de barras padrão FEBRABAN ou pela digitação da respectiva representação numérica;

10.1.5. Manter os DAM arquivados por um período de 90 (noventa) dias;

10.1.6. Enviar ao Município até às 10 horas do primeiro dia útil seguinte do dia da arrecadação dos tributos, o arquivo com total das transações do dia, por meio do Sistema de Pagamentos Brasileiro – SPB ou outro meio a critério da Secretaria de Fazenda, sendo que o valor total da arrecadação deverá ser o mesmo do valor transmitido pelo Sistema de Pagamento Brasileiro (SPB).

10.1.7. Apresentar à Secretaria Municipal da Fazenda documento com a discriminação dos serviços prestados, constando a quantidade, a modalidade de recebimento dos documentos e demais informações que se fizerem necessárias à apuração da prestação dos serviços.

10.1.8. Disponibilizar à Secretaria Municipal da Fazenda os documentos e as informações necessárias para a verificação dos procedimentos de arrecadação.

10.1.9. Em caso de incorreção de dados, remeter as informações regularizadas no prazo de 01 (um) dia útil, contado a partir do horário de recebimento da comunicação de rejeição, sem prejuízo das penalidades previstas no contrato;

10.1.10. O banco repassará o produto da arrecadação dos tributos nos prazos definidos a seguir:

10.1.10.1. Até o 2º dia útil após a data do recebimento para os documentos arrecadados no guichê, em forma de pagamento em dinheiro;

10.1.10.2. Até o 2º dia útil após a data do recebimento para os documentos arrecadados no Autoatendimento e Internet;



10.1.10.3. Até o 2º dia útil após a data do recebimento para os documentos arrecadados nos correspondentes bancários, em forma de pagamento em dinheiro;

10.1.10.4. Remeter as informações regularizadas até às 18 (dezoito) horas do 2º (segundo) dia útil seguinte ao retorno da remessa rejeitada.

10.1.11. Prestar as informações concernentes aos documentos recebidos, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da data da ciência da solicitação.

10.1.12. Certificar a legitimidade da autenticação aposta nos documentos comprobatórios dos pagamentos, no prazo máximo de **30** (trinta) dias, prorrogável por igual período, caso haja necessidade, contados da data da ciência da solicitação, pelo período de **5** (cinco) anos, ressalvadas as hipóteses em que haja notificação da Secretaria Municipal de Fazenda ao AGENTE ARRECADADOR neste prazo, caso em que a legitimação deverá ser efetuada a qualquer tempo.

10.1.13. Manter as informações de transmissão de arrecadação em meio eletrônico por um período mínimo de 05 (cinco) anos;

10.1.14. Eventuais despesas administrativas geradas externamente, ainda que em atendimento ao objeto contratado, não serão suportadas pela contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

11.1. Serão repassadas as tarifas de arrecadação no mesmo tempo do float de arrecadação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1. O Município pagará aos bancos credenciados pela prestação dos serviços os seguintes valores:

2.1.1. R\$2,48 (Dois reais e quarenta e oito centavos) por DAM recebida, conforme Decreto Municipal nº 10.971 de 15 de dezembro de 2025, que estabelece legalmente o valor.

12.1.2. O valor estabelecido no item anterior será reajustado em conformidade com os novos Decretos Municipais que vierem a disciplinar a matéria, observadas as disposições legais vigentes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA -DO DESCREDENCIAMENTO

13.1. Os prestadores serão descredenciados nas seguintes hipóteses:

- a) Manifesta deficiência do serviço;
- b) Reiterada desobediência do serviço;
- c) Abandono total ou parcial do serviço;
- d) Não der início às atividades no prazo previsto;
- e) Descumprimento das exigências previstas no edital, oportunizada defesa prévia;
- f) Negligência e/ou imperícia na prestação dos serviços, constatadas pela Administração e autarquias.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa pratica as condutas previstas no artigo 155 da Lei 14.133/2021.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e



14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.2.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.2.6. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.2.7. as peculiaridades do caso concreto;

14.2.8. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.2.9. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.2.10. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.3. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor homologado, recolhida no prazo máximo estipulado pela Administração, a contar da comunicação oficial, podendo ser aplicada em qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021, podendo ser cumulativamente ou não com as demais sanções.

14.4. Será aplicada advertência exclusivamente nos casos de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

14.5. A sanção de impedimento de licitar e contratar, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, será aplicada nos seguintes casos:

4.5.1. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

4.5.2. dar causa à inexecução total do contrato;

14.5.3. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

14.5.4. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

14.5.5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.5.6. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

14.6. Quando justificar a imposição de penalidade mais grave, nos casos descritos nos itens 14.6.1 a 14.6.6, poderá ser aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.7. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, nos seguintes casos:

14.7.1. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

14.7.2. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

14.7.3. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

14.7.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.7.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73, de 2022.

14.9. A aplicação das sanções será precedida de regular instrução de processo de responsabilização, constituído e conduzido em observância às regras dispostas nos artigos 157 a 161 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.



11.2. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.3. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.7. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.8. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.9. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.10. Indenizações e multas.

11.11. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA– DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ALTERAÇÕES

17.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

17.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA - OITAVA DA PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

19.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Formiga - MG, para dirimir quaisquer dúvidas quanto à execução do presente contrato. conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Formiga/MG, de..... de 2026



Diretoria de Compras Públicas

RUA BARÃO DE PIUMHI, 92 B (2º ANDAR) - CENTRO - FORMIGA – MG

TELEFONE: (037) 3329-1844 - (037) 3329-1843

CEP 35570-128 - EMAIL: licitacaoformigamg@gmail.com



PREFEITURA DE
Formiga
Deus no comando. Confiança no trabalho!
GESTÃO 2019-2028

MUNICÍPIO DE FORMIGA
Laércio dos Reis Gomes - Prefeito Municipal
Contratante

Contratado(a)

Obs: Com a adoção das assinaturas eletrônicas, é possível dispensar as testemunhas, conforme previsto no art. 784 § 4 do CPC.

TESTEMUNHAS:

1- _____
CPF

2- _____
CPF